

DEP conclui pavimentação da calçada na avenida Cristóvão Colombo

O Departamento de Esgotos Pluviais (DEP) concluiu no dia três a pavimentação da calçada da avenida Cristóvão Colombo (entre Doutor Timóteo e Quintino). O compromisso assumido como os comerciantes da Quadra 2000 foi de pavimentar o passeio com 400 metros quadrados de ladrilhos hidráulicos e 20 metros quadrados de basalto, reconstituindo o piso original após terminada a obra do conduto Álvaro Chaves. Para a execução da obra o DEP negociou o fornecimento dos ladrilhos hidráulicos (que não são mais fabricados) com fornecedor que os faz por encomenda. Os ladrilhos hidráulicos recolocados são iguais aos existentes naquele trecho da calçada. Os ladrilhos foram encomendados ao Museu de Azulejos Luiz Guichard & Cia.



Divulgação/PMPA

Espaço Jurídico



Considerações sobre evicção

Por Amábil Mansan

Quando se firma um contrato oneroso a maior dúvida das partes é quanto à chamada evicção, que está sempre presente nas cláusulas contratuais e que a maioria não sabe o significado. Pois bem, a evicção está prevista no Código Civil, nos artigos 447 a 457 e é o dever do alienante de garantia diante de eventual perda do bem em virtude de decisão judicial ou administrativa que conceda o direito sobre a coisa - total ou parcialmente - a um terceiro estranho ao contrato. Ou seja, quando há a transferência onerosa, inclusive por hasta pública (leilão judicial), de um bem a pessoa que alienou terá que garantir a quem adquiriu a coisa o risco pelo direito anterior de um terceiro, que venha a ter garantido seu direito anterior por decisão judicial ou administrativa.

Com a perda do bem, por quem comprou, diante desse terceiro, há o direito do chamado evicto (excluído) em buscar, junto ao alienante, a respectiva indenização pelos prejuízos decorrentes da transferência de um direito que não lhe pertencia. Por conta da autonomia privada, apesar da evicção ser implícita nos contratos, poderão as partes contratantes reforçar, diminuir ou excluir a responsabilidade pela evicção. Cabe lembrar, entretanto, que nos contratos de adesão poderá ser alegada a invalidade da cláusula de exclusão da evicção. Também poderá haver a busca do preço pago pela coisa, eis que há a prevenção legal ao enriquecimento sem causa.

Legalmente, e salvo estipulação em contrário, a evicção abrange não só o preço da coisa, mas também a indenização pelos frutos, pelas despesas e prejuízos da evicção, custas judiciais e honorários advocatícios do advogado constituído pelo evicto.

Nos casos de evicção, o adquirente deve notificar o alienante imediato ou qualquer da cadeia negocial sobre o litígio para poder exercer seu direito. Entretanto, por óbvio, se o adquirente tinha ciência de que a coisa era alheia ou mesmo litigiosa.

Exemplo habitual de evicção é em compra e venda de automóvel: "A" vende um automóvel para "B", que vende para "C" e este para "D". Quando "C" vai fazer a transferência do veículo para "D" é constatada penhora do veículo em virtude de ação trabalhista contra "A", motivo pelo qual "D" não consegue realizar a transferência e perde o veículo. Poderá então buscar a evicção de "C" e assim sucessivamente, até o primeiro proprietário "A", dentro do mesmo processo, através de figuras processuais específicas.

Como se percebe, a evicção é de grande valia ao contratante e abrange uma série de questões, que deve ser muito bem analisada, quando da assinatura do contrato, principalmente quando estipulado entre civis. Caberá à parte interessada, antes de firmar contrato ou quando prejudicado, buscar auxílio de seu advogado para buscar a respectiva proteção.

[Advogada da Delfos Consultoria e Assessoria Jurídica - Fone (51) 3212-1815]

Força-tarefa vai agilizar limpeza nas praças

A Procuradoria Geral do Município (PGM), através da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (Smam), firmou contrato emergencial com a Empresa Mecanicapina Limpeza Urbana Ltda. Com recursos de R\$ 2,5 milhões, o contrato vale pelo prazo de 180 dias. Nesse período, cinco equipes envolvendo cerca de 120 funcionários em força-tarefa agilizarão os trabalhos de limpeza e conservação (corte de grama, capina, varrição e remoção de resíduos) nos parques e praças de Porto Alegre. O critério adotado vai priorizar a necessidade de manutenção e urgência desses espaços. O titular da Smam, Professor Garcia, destaca que Porto Alegre, uma das cidades mais arborizadas do Brasil, conta com mais de 1,2 milhão de árvores somente nas vias públi-



Luciano Lanes/PMPA

Empresa contratada já iniciou trabalho de capina e varrição (entre outros) em bairros da Capital

cas, 582 praças, oito parques urbanos e três unidades de conservação, exigindo intenso trabalho da Smam para a conservação das áreas.

Os desafios do planejamento urbano para 2010

Depois da aprovação do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA), o planejamento urbano de Porto Alegre concentrará, em 2010, esforços em novos desafios. Entre eles, o projeto relativo às Áreas de Potencial Tecnológico com vistas a tornar Porto Alegre um polo de pesquisa, desenvolvimento e produção de tecnologias de ponta. Outro trabalho importante para a Secretaria do Planejamento Municipal (SPM) será a finalização das diretrizes da Orla Norte e ilhas, áreas estratégicas para habilitar a cidade para a Copa do Mundo 2014 e incentivar uma maior integração com a Região Metropolitana.

A definição de novos limites dos bairros em função do crescimento da cidade atenderá às necessidades da população, levando em conta características histórico-culturais e a identidade de cada região.

A aprovação do projeto de revi-

são do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA), lei que define a organização da cidade, foi um dos desafios da Prefeitura de Porto Alegre em 2009. Depois de debates em mais de cem encontros com a sociedade e tramitação durante dois anos, a Câmara Municipal votou a proposta do executivo elaborada pela Secretaria do Planejamento Municipal (SPM). O secretário Márcio Bins Ely considera as mudanças positivas para o desenvolvimento da Capital: "Tivemos avanços significativos no Plano Diretor que deverá estruturar a cidade com a concepção de desenvolvimento sustentável". O trabalho relativo ao PDDUA se estenderá com a elaboração do projeto da linha do Metrô, criação de um instituto para planejar a cidade, regulamentação do Estudo de Impacto de Vizinhança, entre outros.

Ainda na área da legislação ur-

banística, foram aprovadas duas propostas elaboradas pela SPM que visam desenvolver áreas pouco ocupadas ou em degradação: a Operação Urbana Consorciada e a Operação Urbana Consorciada da Lomba do Pinheiro. A regularização de loteamentos é uma das prioridades da prefeitura executada em conjunto pela Procuradoria Geral do Município (PGM) e Secretaria do Planejamento Municipal. Até agora, foi desenvolvido o projeto urbanístico de oito áreas num total de 1.500 lotes. A SPM está trabalhando na regularização urbanística de 14 áreas, com 2.785 lotes.

Um projeto fundamental com enfoque na valorização de atrativos e potenciais do Centro Histórico é o Plano de Revitalização da Área Central de Porto Alegre, que define uma política municipal para a recuperar e humanizar a área, com enfoque na valorização de atrativos e potenciais do Centro Histórico.

Volta às aulas

A 20ª Feira do Material Escolar, promovida pela Prefeitura Municipal continua atendendo ao público no Mercado Público até 6 de março. De segunda a sexta-feira, o funcionamento é das 9h às 19h30; aos sábados,

das 9h30 às 16h30. Entre as ofertas, estão kits básicos para ensino fundamental e médio, vendidos a R\$ 11,90 cada. O público encontra no local mais de 20 mil itens à venda, de 50 fabricantes.

Jonathan Heckler/PMPA



Feira do Material Escolar continua no Mercado Público